

15/12/2009

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 100.928 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
EMBTE.(S)	: GRAZIELA FREITAS DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: RENATO STANZIOLA VIEIRA
EMBDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. Impetração contra decisão do relator que indeferiu liminarmente o habeas corpus requerido ao STJ. Provimento do agravo regimental lá impetrado. Habeas corpus prejudicado, bem como os embargos de declaração. O provimento, pela autoridade coatora, de agravo regimental interposto contra a decisão impugnada no *habeas corpus*, prejudica o pedido formulado perante o Supremo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra ELLEN GRACIE, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em julgar prejudicado o pedido de habeas corpus e os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro JOAQUIM BARBOSA.

Brasília, 15 de dezembro de 2009.



CEZAR PELUSO - RELATOR



15/12/2009

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL.NO HABEAS CORPUS 100.928 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
EMBTE.(S)	: GRAZIELA FREITAS DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: RENATO STANZIOLA VIEIRA
EMBDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - (Relator): Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão do teor seguinte:

“1. Incognoscível o pedido.

Não se trata, aqui, diferentemente do que afirma o impetrante, de superação da *súmula* 691, que veda conhecimento de *habeas corpus* contra decisão liminar, pois o Ministro Relator negou seguimento a ambos os pedidos de *habeas corpus*, porque um impugnava o indeferimento da liminar, e o outro, o indeferimento do pedido de reconsideração dessa decisão.

O caso é de intransponível dupla supressão de instância. É que a matéria objeto deste pedido não foi, sob nenhum aspecto, alvo de discussão pelo Superior Tribunal de Justiça. O Ministro Relator indeferiu liminarmente a impetração, porque entendeu não configurado constrangimento ilegal que justificasse afastamento da *súmula* 691.

Ademais, não vislumbro, igualmente, flagrante constrangimento ilegal em nenhuma das decisões impugnadas, e apreciar agora o pedido implicaria substituir-se, não só ao Superior Tribunal de Justiça, como ao próprio Tribunal de Justiça local, que ainda não julgou o mérito do *writ* lá impetrado.

2. Ante o exposto, **nego seguimento ao pedido**, por ser manifestamente inadmissível (art. 21, § 1º, do RISTF, e 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.1990).” (fl. 198)

Alegam os embargantes que a decisão impugnada neste *writ* foi cassada, após provimento do agravo regimental interposto perante o Superior

HC 100.928-ED / SP

Tribunal de Justiça, na mesma ocasião em que se indeferiu a liminar no **HC nº 148.073**, *verbis*:

“A hipótese é de agravo regimental em ataque a decisão de fl. 165, que indeferiu liminarmente o **writ**, com base no art. 210 do Regimento Interno.

Alega o agravante que não pode ser aplicado no caso a Súmula 691/STF, sendo de rigor a reconsideração do provimento agravado, com o regular prosseguimento da impetração.

Ante as razões suscitadas e em homenagem ao princípio da colegialidade, reconsidero a decisão recorrida.

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Graziela Freitas de Oliveira, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, pretendendo a liberdade provisória da paciente.

A liminar, na via eleita, não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.” (fl. 232)

Alega que há fato novo que justifica o acolhimento dos embargos de declaração, como medida de economia processual.

É o relatório.

HC 100.928-ED / SP**VOI O****O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - (Relator): 1.**

Prejudicado o pedido.

Conforme noticiam os embargantes, já não subsiste a decisão que indeferiu liminarmente o **HC nº 148.073** do Superior Tribunal de Justiça, em razão do provimento do agravo regimental e subsequente indeferimento da liminar.

2. Ante o exposto, **julgo prejudicados** o pedido de *habeas corpus*, bem como os embargos de declaração, nos termos do inc. IX do art. 21 do RISTF, sem prejuízo da propositura de novo *writ*, agora contra a decisão superveniente.



Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****EMB.DECL.NO HABEAS CORPUS 100.928**

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO

EMBTE.(S): GRAZIELA FREITAS DE OLIVEIRA

ADV.(A/S): RENATO STANZIOLA VIEIRA

EMBDO.(A/S): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, à unanimidade, julgou prejudicado o pedido de habeas corpus e os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 15.12.2009.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Cezar Peluso e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Compareceu à Turma o Senhor Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Tribunal, a fim de julgar processos a ele vinculados, assumindo, nesta ocasião, a Presidência da Turma, de acordo com o art. 148, parágrafo único, RISTF.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador